

Direção Regional dos Recursos Florestais

Anúncio n.º 298/2021 de 26 de agosto de 2021

1 - Identificação e contatos da entidade adjudicante:

Designação da entidade adjudicante (*)

Direção Regional dos Recursos Florestais

Serviço/órgão/pessoa de contato

Serviço Florestal do Faial

Endereço (*)

Rua do Comendador Ernesto Rebelo, n.º 2 Matriz

Código postal (*)

9900-112

Localidade (*)

Horta

Telefone (00351)

292200100

Fax (00351)

[Clique aqui para introduzir texto.](#)

Endereço eletrónico (*)

info.sff@azores.gov.pt

2 - Objeto do contrato:

Designação do contrato (*)

Concurso Público – Adjudicação por Lotes – Aquisição de bens para beneficiação e repavimentação do Caminho Rural do Salão – Fase II, freguesia do Salão, concelho da Horta

Descrição sucinta do objeto do contrato

O presente concurso tem por objeto a adjudicação por lotes para a aquisição de 556,00 m³ de Brita n.º 1 (4/12); 134,50 m³ de Brita n.º 2 (8/20); 205,50 m³ de Pó de Pedra (0/4); 109,50 m³ de Rachão de Basalto (150/300); 21 unidades de Manilha de Betão Armado de diâmetro interno 80cm; 31 unidades de Lancil prefabricado de betão (10 x 20 x 100cm); 61 unidades de Tubo de Drenagem de parede dupla SN4, de DN 250mm, em varas de 6 metros; 370 metros de Manta Geotêxtil 300g/m² com 220cm de largura; 1200 kg de Cimento Portland de Calcário (CEM II/A-L 42,5R); 86,00 toneladas de Emulsão betuminosa catiónica de rutura média para misturas abertas a frio, do tipo C67BF3 (ECM-2).

Tipo de contrato

aquisição de bens móveis (*). Caso seja “Outro”, indique qual: [Clique aqui para introduzir texto.](#)

Classificação CPV (1) (*)

45233220-7

3 - Indicações adicionais:

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro? (*) não

[Em caso afirmativo]

Modalidade (*) - Escolha um item.

Prazo de vigência (*):

- até: Clique aqui para introduzir uma data.

ou - por: Clique aqui para introduzir texto. meses ou Clique aqui para introduzir texto. anos

O concurso destina-se à instituição de um sistema de aquisição dinâmico? (*) não

É utilizado um leilão eletrónico? (*) não

É adotada uma fase de negociação? (*) não

O contrato está reservado a entidades que operem no mercado com o objetivo principal de promover a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou socioeconomicamente desfavorecidas? (*) não

A execução do contrato está limitada ao âmbito de programas de emprego protegido? (*) não

4 - Admissibilidade da apresentação de propostas variantes (*) não

5 - Divisão em lotes (*) sim:

[Em caso afirmativo]

Lote n.º (*)

1//2

Designação do lote (*)

Lote 1 - Inertes e materiais de drenagem

Lote 2 - Emulsão betuminosa

Descrição sucinta do objeto do lote (*)

Lote 1 - Inertes e materiais de drenagem:

556,00 m³ de Brita n.º 1 (4/12);

134,50 m³ de Brita n.º 2 (8/20);

205,50 m³ de Pó de Pedra (0/4);

109,50 m³ de Rachão de Basalto (150/300);

21 unidades de Manilhas de Betão Armado de diâmetro interno 80cm;

31 unidades de Lancil prefabricado de betão (10 x 20 x 100cm);

61 unidades de Tubo de Drenagem de parede dupla SN4, de DN 250mm, em varas de 6 metros;

370 metros de Manta Geotêxtil 300g/m² com 220cm de largura;

1200 kg de Cimento Portland de Calcário (CEM II/A-L 42,5R);

Lote 2 - Emulsão betuminosa:

86,00 toneladas de Emulsão betuminosa catiónica de rutura média para misturas abertas a frio, do tipo C67BF3 (ECM-2)

Classificação CPV (2) (*)

Lote 1 – 14212000-0; 44111200-3; 44114200-4; 44163110-4; 44163112-8

Lote 2 – 44113610-4

[repete-se para tantos lotes quantos se revelem necessários]

6 - Local da execução do contrato (*)

País:

Portugal

Região/Distrito:

Região Autónoma dos Açores

Concelho:

Horta

Código NUTS (3):

PT200

7 - Prazo de execução do contrato (*):

120 dias ou 4 meses

8 - Documentos de habilitação

O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo 26.º do Programa do Procedimento

9 - É exigida a demonstração de outros elementos de habilitação relativos à capacidade económica e financeira e à capacidade técnica e profissional? (*) sim não

[Em caso afirmativo]

Indicar os níveis mínimos de capacidade económica e financeira e de capacidade técnica e profissional e os documentos destinados a comprová-los (*)

Clique aqui para introduzir texto.

10 - Acesso às peças do concurso e apresentação das propostas:

10.1 - Consulta das peças do concurso:

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados (*)

Serviço Florestal do Faial

Endereço desse serviço (*)

Rua do Comendador Ernesto Rebelo, n.º 2 Matriz

Código postal (*)

9900-112

Localidade (*)

Horta

Telefone (00351)

292200194

Fax (00351)

Clique aqui para introduzir texto.

Endereço eletrónico (*)

info.sff@azores.gov.pt

10.2 - Meio eletrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas:

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante [se aplicável] (*)

<https://www.acingov.pt>

10.3 - Preço a pagar pelo fornecimento das peças do concurso (se for o caso)

Não aplicável

11 - Prazo para apresentação das propostas ou das versões iniciais das propostas sempre que se trate de um sistema de aquisição dinâmico (*):

Até às 23h59 horas do 12^o dia a contar da data de envio do presente anúncio

12 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas (*):

90 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

13 - Critério de adjudicação (*)

mais baixo preço

Se o critério for o da proposta economicamente mais vantajosa, indicar os fatores e eventuais subfactores acompanhados dos respetivos coeficientes de ponderação (*)

1 – A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade monofator, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato, designadamente, o preço.

2 – Em caso de empate entre duas ou mais propostas relativamente ao primeiro lugar da avaliação, será considerado como critério de desempate o maior prazo de manutenção das propostas.

3 – Por último, subsistindo o empate será realizado um sorteio das propostas que se encontrem na situação de empate a que deve obedecer às regras procedimentais constantes do ANEXO A do Programa do Procedimento.

14 - Dispensa de prestação de caução - sim

15 - Identificação e contatos do órgão de recurso administrativo:

Designação (*)

Direção Regional dos Recursos Florestais

Endereço (*)

Rua do Contador n.º 23

Código postal (*)

9500-050

Localidade (*)

Ponta Delgada

Telefone (00351)

296 204 600

Fax (00351)

Clique aqui para introduzir texto.

Endereço eletrónico (*)

Info.drff@azores.gov.pt

Prazo de interposição do recurso:

5 dias

16 - Data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores (*)

25-08-2021

17 - O procedimento a que este anúncio diz respeito também é publicitado:

No Diário da República? não (*)

No Jornal Oficial da União Europeia? não (*)

18 - Outras informações

18.1 – O preço base do presente concurso público, para a totalidade dos lotes, é de € 79 525,50 (S/IVA); 18.2 – O preço base para cada um dos lotes é de: Lote 1 – € 24 915,50 (S/IVA); Lote 2 – € 54

610.00 (S/IVA); 18.3 – A participação no concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica de contratação, disponível em <https://www.acingov.pt>; 18.4 – O disposto no ponto anterior não é aplicável às entidades que já se encontrem registadas na plataforma;

19 - Identificação do autor do anúncio:

Nome (*) Luís Miguel Freitas da Ponte Rego

Cargo ou função (*) Diretor de Serviços

(*) Preenchimento obrigatório.

(1) Cf. Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Common Procurement Vocabulary - CPV), instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de dezembro de 2003 (retificado pela retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de dezembro de 2003), e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

(2) Idem.

(3) Cf. Regulamento (CE) n.º 1059/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 154, de 21 de junho de 2003, alterado pelo Regulamento (EU) n.º 868/2014, da Comissão, de 8 de agosto, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 241, de 13 de agosto de 2014.